



Educação para a Sustentabilidade | código 21170

Tópico 2: Políticas, Programas e Estratégias de Educação para a Sustentabilidade ¹

Objetivo:

Este tópico pretende abordar de forma cronológica as principais políticas, estratégias, planos, programas de desenvolvimento sustentável e de educação para o desenvolvimento sustentável, abordando numa perspetiva internacional, europeia e nacional.


Competências:

No final deste tópico o estudante deve ser capaz de conhecer e explorar as políticas, programas e estratégias de educação para o desenvolvimento sustentável, a nível nacional, europeu e internacional e relacioná-los com a sua aplicação prática.

2.1 Políticas, Programas e Estratégias internacionais de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)/ Educação para a Sustentável (ES)

As políticas de ESD/ES inserem-se numa primeira contextualização nas Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a nível comunitário e das Nações Unidas e a nível nacional.

Existem cinco fases cronológicas das políticas de EDS/ES que de alguma forma estão associadas a políticas e recomendações/declarações internacionais listadas nos três documentos indicados acima: a fase programática (1992 – 97), fase pragmática (1998

 ¹ Políticas, Programas e Estratégias de Educação para a Sustentabilidade de Sandra Caeiro e Mahsa Mapar é disponibilizado sob a Licença Creative Commons-Atribuição – Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional



– 2002), a fase de implementação (2003 – 2008), fase de progresso e reflexão (2009 – 2013), e fase “olhar para a frente” (desde 2013) (Barth, 2016).

A nível internacional saliente-se a série de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Ambiente e Desenvolvimento, desde a primeira em Joanesburgo em 1972, a publicação da Agenda XXI em 1992 (WCED, 1992), a proclamação pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2002 da Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, DESD 2005 – 2014 (UNESCO, 2012), e mais uma conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, novamente no Rio de Janeiro (Rio+20), em 2012, das quais resultaram diversos relatórios, recomendações e instituições que aí foram produzidos e sua importância no âmbito da EDS. No âmbito da DESD um largo número de diferentes atividades foram desenvolvidas internacionalmente e um conjunto de ações implementadas a todos os sectores da educação)(Barth, 2016).

Em 2012, no âmbito do Rio+20, surgiu uma tentativa de compromisso político com o desenvolvimento sustentável, através da avaliação do seu progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas em conferências anteriores, bem como, a inclusão de temas novos e emergentes (ME, 2018). No âmbito desta conferência, foi produzido o documento “*The future we want*” onde a Educação é uma das linhas de ação, e onde se pretende que se promova a EDS e se integre o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação, para além da DESD (UN, 2012). Após a DESD é criado um programa Global de Ação para a EDS (UNESCO, 2014b) e a UNESCO organiza uma conferência internacional sobre EDS em Aichi-Nagoya, Japão, para celebrar o que se conseguiu realizar com a DESD e identificar lições a aprender e próximos passos a seguir, daí resultando uma declaração de compromissos e ações para a EDS (UNESCO, 2014a).

Apesar de todas as iniciativas internacionais já realizadas, ainda se afigura necessário dedicar um objetivo específico à Educação de Qualidade, no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste objetivo 4 dos ODS, é referido que em 2030 se deverá certificar que todos os estudantes adquiriram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, os seguintes: i) educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis; ii) direitos humanos; iii) igualdade de género; iv) promoção de uma



cultura de paz e de não violência; v) cidadania global e valorização da diversidade cultural; e vi) contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (UN, 2016). Ainda neste âmbito, em junho de 2017, a ONU realizou, a “High-Level Event on Education”², com o objetivo de começar a colocar em prática o ODS nº 4 e elaborar técnicas inovadoras para incorporar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos currículos das escolas em todo o mundo. A UNESCO, reforçando que seria o momento que a EDS deve ser mais forte, publica em 2017 um guia sobre o uso da EDS na aprendizagem para os ODS e consequentemente, contribuir para os alcançar no âmbito do respetivo Programa Global de Ação das Nações Unidas (UNESCO, 2017). Mais recentemente e no âmbito da Agenda 2030, a Declaração de Berlin de Educação para o Desenvolvimento sustentável em 2021 (UNESCO, 2021). A nível europeu, realça-se, a Estratégia Regional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UNECE, 2005) e a Proposta de Recomendação sobre aprendizagem para a sustentabilidade ambiental, para todas os níveis de educação (EC, 2022)³. De acordo com essa Proposta “é necessário abordar a aprendizagem ao longo da vida à luz da sustentabilidade ambiental, com métodos de aprendizagem práticos, empenhados e baseados em ações que promovam i) o conhecimento, a compreensão e o pensamento crítico (aprendizagem cognitiva); ii) o desenvolvimento de competências práticas (aprendizagem aplicada); e iii) a empatia, a solidariedade e o cuidado com a natureza (aprendizagem socioemocional). São necessárias abordagens interdisciplinares para ajudar os aprendentes a compreender a interligação dos sistemas económicos, sociais e naturais” (EC, 2022, pag1).



Veja o vídeo da [Nações Unidas \(2017\) sobre os ODS 2030 \(disponível neste tópico\)](#)

Portugal, através do Instituto Nacional de Estatística, publica periodicamente qual o estado da implementação do ODS, com base numa série de indicadores de monitorização, referindo quais têm tido evolução positiva e quais não e onde existe

² <http://www.un.org/pga/71/event-latest/high-level-event-on-education/>

³ Mais informação em Mais informação em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022DC0011>.



ainda ausência de informação⁴. Portugal em 2023, através da Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (SGPCM), o INE e a Direção-Geral de Política Externa (MNE) submeteram o segundo Relatório Voluntário Nacional (RVN 2023) que foi elaborado de uma forma participativa e inclusiva com os diversos atores-chave, onde reporta a implementação da Agenda 2030 e os desafios futuros⁵.

Realce-se ainda que na Europa a *United Nations Economic Commission for Europe*, desenvolveu em 2005 a Estratégia Regional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de encorajar os países a integrar a ESD em todas as formas dos seus sistemas de educação e abranger todos os níveis de ensino, desde o ensino primário até o terciário, incluindo a aprendizagem profissional e de adultos. Normalmente é assumido que o uso de métodos participativos de ensino e aprendizagem deverá ter um papel central na motivação e capacitação dos alunos para a mudança de comportamentos (UNECE, 2005).

2.2 Políticas, Programas e Estratégias de Educação Ambiental/Educação para a sustentabilidade em Portugal

Em Portugal, as iniciativas institucionais ligadas primeiramente à Educação Ambiental (EA) iniciaram-se em 1969 com a criação da Comissão Nacional de Ambiente (CNA) e em 1987 com a criação do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) e a Lei de Base do Ambiente. A década de 1990, e no pós-Rio 1992, foi um ponto alto de aplicação nas iniciativas de Educação Ambiental a nível do ensino escolar (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário), inseridas na Lei de Bases do Sistema Educativo (em 1986). Surgiu assim a abordagem das questões ambientais em várias disciplinas do ensino, ou no âmbito de áreas curriculares não disciplinares como a área-escola ou posteriormente a área-projeto (Schmidt *et al.*, 2010). Destaca-se ainda a criação de uma rede de Ecotecas/Equipamentos de Educação Ambiental (APA, 2016), e de uma série de projetos de EA desenvolvidos no âmbito Eco-escolas (criadas pela Associação Bandeira Azul da Europa⁶). Em contrapartida, o início da

⁴ Mais informação em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=611060313&PUBLICACOESmodo=2.

⁵ Disponível em https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/Portugal_VNR_Report.pdf.

⁶ Mais informação sobre a Eco-Escolas em <https://ecoescolas.abae.pt>.



primeira década do século XXI, é caracterizado por um declínio das atividades de EA, dada a extinção de grandes atores institucionais da EA (como o IPAMB ou o Instituto de Inovação Educacional) (Schmidt *et al.*, 2010).

Em 2006, sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO foi publicado um documento sobre a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO 2005 - 2014 - contributos para a sua dinamização em Portugal, com os respetivos objetivos e planos de ação (Comissão Nacional UNESCO, 2006).

Sobre a aplicação da DESD em Portugal deve efetuar a respetiva **leitura obrigatória** (disponível este tópico):

Comissão Nacional UNESCO (2006). [Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO 2005 – 2014 – contributos para a sua dinamização em Portugal. Lisboa. Grupo de Trabalho da Comissão da Nacional UNESCO.](#)

Também em 2006 é criado o Fórum Educação para a Cidadania (iniciativa conjunto do Ministério da Educação e da Presidência de Conselho de Ministros) que define um conjunto de objetivos estratégicos e recomendações para um Plano de Ação de Educação e de Formação para a Cidadania (ME/PCM, 2006). Posteriormente, em 2010, é lançada uma estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010 – 2015 pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), estabelecida pelo Despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação n.º 25931/2009, tendo como objetivo promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, com um plano de ação definido até final de 2016 (IPAD, 2010). No seguimento desta estratégia, é publicado, em 2016, o Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário pelas Direção Geral da Educação, Instituto Camões, CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e Fundação Gonçalo da Silveira. Este referencial constitui-se como um documento orientador, que visa enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (ME, 2016). Ainda mais recentemente foi publicada a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022,



fortemente alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UN, 2016), onde se pretende-se reforçar a integração da Educação para o Desenvolvimento e a formação de agentes educativos nos vários níveis e ciclos de educação, ensino e formação, desde o pré-escolar ao ensino superior (ME, 2016), publicada posteriormente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018).

A presente Lei de Bases da Política de Ambiente (lei nº 19/2014), reforça a Educação Ambiental como um dos objetivos da política do ambiente, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo que promove a cidadania participativa e apelando à responsabilização (APA, 2016).

Contudo, não existe em Portugal uma estratégia ou programa de ação específico para a EDS, embora em 2016 tenha sido publicada pela Agência Portuguesa de Ambiente uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental ENEA 2020 (APA, 2016), cujo grupo de trabalho tinha sido criado em 2003. A concretização da ENEA 2020 pretende privilegiar um trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do Ambiente, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (APA, 2016). De acordo com o definido nesta estratégia, entre os diversos níveis de ensino mencionados, evidencie-se a referência que as Instituições de Ensino Universitário e Politécnico deverão potenciar a disseminação de boas práticas ambientais no contexto dos cursos académicos lecionados, bem como constituírem-se, eles próprios, também como espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades, projetos ou programas de EA.



Veja o vídeo sobre a apresentação da [Estratégia Nacional de Educação Ambiental \(ENEA 2020\)](#) (disponível neste tópico).

Sobre a ENEA 2020 deve efetuar a respetiva **leitura obrigatória** (disponível este tópico):

APA (2016). [Caminho para uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020](#). Agência Portuguesa do Ambiente.



Em julho de 2017, foi colocada em consulta pública o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (REAS) elaborado em parceria com diversas entidades (Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Associação de Professores de Geografia (APG), a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), o Centro de Informação, Divulgação e Ação para o Ambiente e Desenvolvimento (CIDAADS) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Após consulta pública, nas XXIV Jornadas Pedagógicas da ASPEA, foi apresentado o REAS em abril de 2018 (ME, 2018). Este referencial é dirigido à Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário e insere-se no conjunto de Referenciais preparados pela Direcção-Geral da Educação no âmbito da Educação para a Cidadania. Este documento orientador pretende incentivar a introdução de temáticas transversais, contribuir para a mudança de comportamento e de atitude face ao ambiente, não só por parte dos jovens e crianças a que se destina, como também por parte das suas famílias e das comunidades em que se inserem (ME, 2018).

Sobre o REAS deve efetuar a respetiva **leitura obrigatória** (disponível neste tópico):

ME (2018). [Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Ministério da Educação. Direção Geral da Educação.](#) (ler até à página 16)

De acordo com Schmidt *et al.* (2011), mesmo após 30 anos de práticas de EA em Portugal, em conjunto com melhorias significativas no sistema educativo e curricular (essencialmente ao nível não superior), o impacto real da maior parte dos esforços, com vista à preparação de futuros cidadão para enfrentarem a resolução de problemas ambientais, ainda não é evidente. Assim, espera-se que estes recentes Referenciais e Estratégias venham de novo dinamizar projetos e ações de EA e EDS/ES, sendo fundamental preparar formadores, professores e técnicos nestas áreas.

A nível do ensino superior em Portugal realce-se a existência da Rede Campus Sustentável, desde 2018, uma rede cooperação entre pessoas de instituições de ensino superior (IES) nacionais para a implementação dos princípios e a prática do desenvolvimento sustentável nas vertentes ambiental, social e económica (<http://www.redecampussustentavel.pt/>). Esta rede tem sido um motor importante de



uma série de iniciativas e colaboração entre IES que tem levado à implementação da Educação para a Sustentabilidade numa abordagem *bottom-up*.

Também foi criada em 2023 a Rede Nacional Portugal no âmbito da Rede Global Sustainable Development Solutions Network (SDSN)⁷ uma iniciativa global para as Nações Unidas. Esta Rede Nacional tem objetivos: (1) moldar o diálogo entre as diversas partes interessadas, envolvendo a comunidade académica, as administrações públicas, o setor privado e a sociedade civil; (2) promover soluções de desenvolvimento sustentável; e (3) aconselhar os tomadores de decisão, oferecendo aconselhamento baseado em evidências para políticas públicas multiníveis e tematicamente integradas, tratando-se assim de uma iniciativa não governamental.

Ajudar a alterar os comportamentos individuais é umas das principais partes da solução e não uma simples parte do problema. A transformação das coletividades em sociedades mais sustentáveis só se consegue através da EDS/ES, que continua a ser um desafio complexo, não linear, transdisciplinar e incerto (Barth, 2016, Dlouhá e Pospíšilová, 2018, Cicmil *et al.*, 2017).

Leituras complementares não obrigatórias (disponíveis no tópico 2)

APA (2015a). Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações comunitárias e nacionais. Agência Portuguesa do Ambiente.

APA (2015b). Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações nas Nações Unidas. Agência Portuguesa do Ambiente.

IPAD (2010). Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Disponível em <https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/introducao-pt-2.pdf>

ME (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Direção Geral da Educação, Instituto Camões e o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a Fundação Gonçalo da Silveira. Disponível

⁷ Disponível em <https://www.unsdsn.org/portugal>.



em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf.

ME/PCM (2006). Fórum Educação para a Cidadania. Ministério da Educação/Presidência de Conselho de Ministros. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/Obj_estrat_plano_educ_cidadania.pdf.

Soromenho-Marques, V. (2005). Política Internacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Balanço e Perspectivas. Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, pp. 37-62.

UNESCO (2012). Shaping the Education of Tomorrow 2012. Report on the UN Decade of Education for Sustainable Development, Abridged. DESD Monitoring and Evaluation. ISBN 978-92-3-001076-8. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216606e.pdf>.

UNESCO (2017). Education for Sustainable Development Goals. Learning Objectives. Education 2030. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. France. Disponível em ISBN 978-92-3-100209-0. <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002474/247444e.pdf>.

UNESCO (2020). Education for Sustainable Development: A roadmap. Education 2030. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. France. 1 – 73. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374802>.

Referencias bibliográficas

APA (2016). Caminho para uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020. Agência Portuguesa do Ambiente.

APA (2015a). Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações comunitárias e nacionais. Agência Portuguesa do Ambiente.

APA (2015b). Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações nas Nações Unidas. Agência Portuguesa do Ambiente.

Barth, M. (2016). Implementing Sustainability in Higher Education. Routledge Studies in Sustainable Development, Earthscan. New York. (Capítulo 2);

Cicmil, S., Gough, G., Hill, S. (2017). Insights into responsible education for sustainable development: The case of UWE, Bristol. The International Journal of Management Education 15, 293 – 305.



- Comissão Nacional UNESCO (2006). Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO 2005 – 2014 – contributos para a sua dinamização em Portugal. Lisboa. Grupo de Trabalho da Comissão da Nacional UNESCO.
- Dlouhá, J. e Pospíšilová, M. (2018). Education for Sustainable Development Goals in public debate: The importance of participatory research in reflecting and supporting the consultation process in developing a vision for Czech education. *Journal of Cleaner Production*, 172(20), 4314-4327.
- European Commission (2021). Education for environmental sustainability. In Mais informação em: https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/european-education-area/education-for-environmental-sustainability_en. Consultado em 5 outubro de 2021.
- IPAD (2010). Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento . Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/estrategia_nacional_educacao_desenvolvimento.pdf. Acedido a 28/03/2024.
- ME (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Direção Geral da Educação, Instituto Camões e o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a Fundação Gonçalo da Silveira. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf. Acedido em 28/03/2024.
- ME (2018). Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Ministério da Educação. Direção Geral da Educação. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Educacao_Ambiental/documentos/referencial_ambiente.pdf. Acedido em 28/03/2024.
- ME/PCM (2006). Fórum Educação para a Cidadania. Ministério da Educação/Presidência de Conselho de Ministros https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/Obj_estrat_plano_educ_cidadania.pdf. Acedido em 28/03/2024.
- Schmidt, L., Gil Nave, J. N., O'riordan, T., Guerra, J. (2011). Trends and Dilemmas Facing Environmental Education in Portugal: From Environmental Problem Assessment to Citizenship Involvement. *Journal of Environmental Policy & Planning*. 13 (2), 159–177.
- Schmidt, L., Nave, J. G. Guerra. (2010). Educação Ambiental. Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável. ICS press.
- Soromenho-Marques, V. (2005). Política Internacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Balanço e Perspectivas. *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 37-62.
- UN (2012). The future we want. Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development. Rio + 20. United Nations. Available at <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>. Acedido



em 28/03/2024.

UN (2016). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. A/RES/70/1. United Nations.

UNECE (2005). UNECE Strategy for Education for Sustainable Development. Economic Commission for Europe. United Nations Economic Commission for Europe. CEP/AC.13/2005/3/Rev.1 23 March 2005.

UNESCO (2012) Shaping the Education of Tomorrow 2012. Report on the UN Decade of Education for Sustainable Development, Abridged. DESD Monitoring and Evaluation. ISBN 978-92-3-001076-8.

UNESCO (2017). Education for Sustainable Development Goals. Learning Objectives. Education 2030. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. France. ISBN 978-92-3-100209-0.

UNESCO (2014). UNESCO Roadmap for Implementing the Global Action Programme on Education for Sustainable Development. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230514e.pdf>. Acedido em 28/03/2024.

UNESCO (2020). Education for Sustainable Development: A roadmap. Education 2030. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. France. 1 – 73.

UNESCO (2021). Berlin Declaration on Education for Sustainable Development. UNESCO World Conference on Education for Sustainable Development. Learn for our planet. Act for Sustainability. Education for 2030. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Federal Ministry of Education and Research, German.

WCED (1992) XXI Agenda. World Commission for Environmental and Development. United Nations.